

SUPERANDO PARADIGMAS LINGÜÍSTICOS PARA A INCLUSÃO DO ALUNO COM SURDEZ EM SALA DE AULA

Francisco de Assis da Macena Júnior¹
Fabrícia Íris de Arruda²
Letícia Luana Dionísio da Silva Paiva³

INTRODUÇÃO

A escola adequada a ser agente de Educação em Direitos Humanos é uma instituição consciente do seu papel que é educar para a vida, formar para a convivência harmoniosa em sociedade, despertando o dever de respeitar o outro, sabendo que todos somos cidadãos e pertencentes a um Estado de direito.

Observando as dificuldades de convivência e o desrespeito entre alguns alunos da E.M.E.F. Salvino João Pereira no município de Juripiranga-PB em relação aos alunos surdos, buscando contribuir para diminuição dos diversos tipos de violência, e do bullying que se mostra tão recorrente nesse ambiente escolar, recorre-se a estratégias que busquem um ambiente mais acolhedor e menos segregativo, o que também faz parte do processo de inclusão desses alunos no processo de ensino-aprendizagem conforme o que é mostrado na Lei 13.146/2015 em seu art.4º.

Segundo GOFFREDO (1999) “Inclusão, numa sociedade de excluídos, passa a ser a palavra-chave para se alcançar a verdadeira democracia”. A cidadania se estabelece pela igualdade dos direitos e cumprimento dos deveres, e pela oportunidade de poder exercê-los plenamente. Essa verdadeira participação dos alunos surdos na comunidade escolar, tendo oportunidade de fala e de decisão, faz deles jovens mais autoconfiantes e participativos em sua comunidade, o que os levam a serem protagonistas de sua própria história.

Levando em consideração o que foi exposto, alguns objetivos foram traçados para a execução planejada de iniciativas que tragam mudanças consideráveis a vida de toda a comunidade escolar, e não somente dos alunos surdos. São eles: discutir sobre a necessidade

¹ Mestrando do Curso de Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, junior.com-jesus@hotmail.com;

² Mestranda do Curso de Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, arrudafabricia4@gmail.com

³ Mestranda do Curso de Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, leludionisio@gmail.com



do respeito ao surdo e demais pessoas com deficiência; propor ações e metodologias para a redução da discriminação e para a inclusão do surdo nas atividades desenvolvidas pela escola; Usar a Língua Brasileira de Sinais para uma melhor comunicação entre os participantes da comunidade escolar.

Como exemplos de procedimentos metodológicos foram usadas rodas de conversas com toda a comunidade escolar, debates em sala de aula sobre o respeito ao ser humano e conseqüentemente a toda a comunidade surda do município, formações em educação especial e língua brasileira de sinais para professores e gestores e demais funcionários, mudanças nas metodologias usadas em sala de aula, inserção dos alunos surdos nas atividades desenvolvidas pela escola.

Durante alguns meses a professora e interprete iniciou o processo de alfabetização como os alunos surdos e a princípio auxiliou os demais professores para uma interação maior com eles. Boa parte da equipe procurou cursos básicos de libras que foi disponibilizado pela secretaria de educação o que auxiliou para a ampliação do diálogo em sala e na inserção deles nas atividades pedagógicas, agora de forma mais direcionada a necessidade especial deles.

Todas essas ações trouxeram uma nova realidade para o ambiente escolar que levou a uma maior interação de toda equipe com os alunos surdos, já que as ações propostas e executadas lançaram luz ao que antes estava obscuro e causava conflitos, o que gerava desconforto.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Os procedimentos metodológicos são de grande importância para um desenvolvimento satisfatório em uma pesquisa. Observar a realidade vivenciada, discutir sobre ela e trazer propostas de intervenção para melhoria da problemática apresentada fazem parte desse momento.

A referida pesquisa tem um caráter qualitativo, pois busca compreender, discutir e explicar meios para superar o paradigma lingüístico em relação ao surdos da E.M.E.F. Salvino João Pereira em Jurpiranga-PB. Essa análise é caracterizada como um estudo de cunho bibliográfico e baseada na análise documental, recorrendo a diversas referências bibliográfica e a alguns fontes documentais como: documentos, relatórios, entre outros.

Segundo SEVERINO (2014) “o caráter pessoal do trabalho do pesquisador tem uma dimensão social, o que confere o seu sentido político”.

Durante quatro anos, referente ao período relativo ao ensino fundamental, os surdos que estudavam nessa instituição foram sendo observados “in loco” e constatou-se que os mesmos sofriam agressões verbais e físicas por parte de alguns alunos da escola, isso decorrente da falta de diálogo em relação a convivência com essa comunidade. A escola também não possuía profissionais capacitados para trabalhar com surdos, dificuldades com a linguagem de sinais, o que comprometia ainda mais o trabalho com eles.

A partir dessa realidade surgiu a necessidade de discutir com a comunidade escolar sobre a importância do respeito com o outro. Toda a equipe escolar, a partir da proposta do professor de geografia, se dispôs a discutir em sala de aula sobre esse problema, debruçou-se na implementação de propostas de estudos e diálogos direcionados. Todos os professores passaram a trabalhar em suas aulas a temática de forma interdisciplinar e propor discussões geradas a partir dos próprios alunos, essas rodas de conversas eram semanais e sempre traziam reflexões sobre empatia.

Outro grande problema era que os alunos surdos não sabiam ler nem escreve na língua portuguesa e também não conheciam a língua brasileira de sinais. Nenhum dos professores da escola sabia se comunicar através da língua brasileira de sinais, o que levou a uma decisão de solicitar um professor e intérprete que auxiliasse na alfabetização dos alunos e dos professores.

Durante meses alguns dos educadores estudaram libras e começaram a trazer para sua vivência no interior da escola todo esse conhecimento adquirido. Com isso a instituição passou a direcionar as compras de alguns de seus materiais pedagógicos para atender essa comunidade. Jogos, dicionários ilustrados, guia completo de libras, banners com alfabeto e números, passaram a fazer parte do ambiente escolar, o que levou as aulas a ficarem mais interativas, participativas e instigantes.

As atividades pedagógicas, através desse avanço com a comunidade surda e a inserção gradativa desses alunos, foram sendo direcionadas e replanejadas. Decorrente disso e com uma necessidade de um acompanhamento ainda mais especializado, para com eles e com os demais alunos que apresentavam alguma deficiência, ocorreu a solicitação de uma sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE, esse pedido foi direcionado aos órgãos competentes e feito por toda a equipe que durante anos foi sensibilizada pelos debates e pelas

formação proporcionadas pela escola através de profissionais que trabalhavam com educação especial.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Brasil possui uma legislação robusta no que diz respeito ao trato da pessoa com deficiência, mas para além da discussão teórica é necessário trazer para o dia a dia do chão da escola e lançar luz sobre as dificuldades enfrentadas por essas pessoas, elencar as razões de debater sobre igualdade, empatia e respeito.

A lei 13.146 de 6 de julho de 2015 em seu artigo 4º diz: “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. Mas por onde iniciar esse debate a não ser pela escola, sendo a escola um lugar de diversidade, onde diversos grupos conversam e dialogam sobre suas ideias e trazem seus questionamentos?

É a partir de todas essas interações que nasce a necessidade do respeito, já que a pessoa com deficiência tem plenos direitos à cidadania e deve viver uma vida onde possa sentir-se acolhida, respeitada e incluída. Ser cidadão é ser participante independente de suas limitações e dificuldades, todos temos o direito de atuar socialmente, de ser respeitado.

O professor como a pessoa que auxilia nessa interação entre o conhecimento e o seu aluno, é apresentado como agente importante para essa inclusão do aluno surdo em seu ambiente escolar.

Se a possibilidade de reflexão sobre si, sobre seu estar no mundo, associada indissolavelmente à sua ação sobre o mundo, não existe no ser, seu estar no mundo se reduz a um não poder transpor os limites que lhe são impostos pelo próprio mundo, do que resulta que esse ser não é capaz de compromisso. (FREIRE, 2013, p.12)

Ou seja, as reflexões da sala de aula deve estar atrelada ao seu modo de vida a sua luta diária, a sua prática associada a teoria e o seu cotidiano, sendo influenciado por aquilo que o educador crer e defende, levando os seus alunos a serem influenciados para o bem coletivo, para a coletividade.

Toda essa educação inclusiva deve fazer parte do cotidiano dos alunos como algo normal e vivenciável, dessa forma a pessoa com deficiência será tratada com respeito e de forma normal, sem ser apontada como alguém anormal e descontextualizada.

Segundo MENDES (2020) “agir, sentir e pensar de forma inclusiva são, portanto, políticas de Estado, são comportamento de todos e de qualquer um”. Dessa forma a escola, juntamente com o Estado devem levar a população a refletir e ir mais além, sentir, o que é um exercício diário de empatia, por isso que essas discussões devem ser levadas cotidianamente para dentro das salas de aulas, como um exercício incansável para aprendizagem

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultados foram observados a ampliação da discussão sobre a educação inclusiva para todos os grupos que formam a escola, para toda a comunidade escolar. Pais, alunos, funcionários, foram envolvidos nesse amplo debate que gerou uma nova consciência sobre a surdez e a pessoa com deficiência. Diversas formações que incluíam as temáticas tratadas foram desenvolvidas ao decorrer dos anos, o que acarretou um melhor participação dos alunos surdos nas atividades pedagógicas e uma maior aceitação por parte dos colegas de sala.

Os alunos surdos iniciaram o processo de alfabetização da língua portuguesa associada a língua brasileira de sinais, o que lhes trouxe mais autonomia, foram inseridos no grupo de surdos da FUNAD (Fundação Centro de Integração à Pessoa com Deficiência) localizada na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, local de formação para professores e alunos, o que levou-os a se relacionarem com outros surdos.

Nas atividades pedagógicas os alunos surdos já se sentiam mais integrados aos demais, já que alguns alunos e professores já haviam aprendido libras, o que facilitava a comunicação. Com a implantação da sala de AEE, toda a comunidade da escola pode reconhecer com mais propriedade a importância de tratar bem o outro para um boa convivência no ambiente escolar, dessa forma foi constatado a redução do bullying contra os surdos e a violência física e psicológica contra outras pessoas que apresentavam outros tipos de deficiência, o que trouxe para esse ambiente uma forma diferente de convivência entre seres humananos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir, discutir e agir continuam sendo atitudes emblemáticas para a formação do ser crítico, atuante e empático. Essas são características indispensáveis para aqueles que pensam, pesquisam e estudam sobre educação inclusiva.

Essa vivência apontada nesse trabalho nos traz norteamentos para a intervenção em diversas escolas do mundo, que lutam pela igualdade e pela sinceridade no trato com o outro. Em um percurso de quatro anos é notório a mudança de atitude ocorrida no interior da instituição. Prova disso é a aceitação e a inclusão desses alunos em um ambiente que por direito é seu, a escola.

A comunidade acadêmica pode e deve pensar sobre todos esses apontamentos, chegando mais perto da realidade dos profissionais no interior da escola e também usando sua voz para insistir na promoção de mais políticas de inclusão dos surdos em todos os âmbitos sociais.

Novas pesquisas que tratem sobre o universo da pessoa com deficiência devem ser desenvolvidas e novos diálogos fomentados em todas as esferas da sociedade, pois só assim, com o passar dos anos as novas gerações poderão contemplar novas atitudes em novos ambientes escolares, o que gerará a promoção dos direitos humanos.

Palavras-chave: Inclusão; Surdos; Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 13.146, de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (estatuto da Pessoa com Deficiência)**: Diário Oficial da república Federativa do Brasil. Brasília, DF, 15 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015. Acesso em: 02 de out. 2021.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flôr Sénéchal. **Como formar professores para uma escola inclusiva**. In: Educação especial: tendências atuais. Séries de Estudos em Educação a distancia. 1º ed. Brasília: 1999, Ministério da Educação. P. 67-72.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1 ed. São Paulo: Cortez 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

MENDES, Rodrigo Hübner (org.). **Educação inclusiva na prática: experiências que ilustram como podemos acolher todos e perseguir altas expectativas para cada**. São Paulo: Fundação Santillana, 2020.